



CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

Porto Velho-RO, 2018

**CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA**

Relatório de Gestão do Exercício 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 154, da Portaria TCU 59 e das orientações do órgão de controle interno.

Porto Velho-RO, 2018

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

<u>Sigla</u>	Significado
CFO	Conselho Federal de Odontologia
CRO	Conselho Regional de Odontologia
CRO-RO	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
TCU	Tribunal de Contas da União
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
LOA	Lei Orçamentária Anual
EPAO	Entidade Prestadora de Assistência Odontológica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 3.1: Dados do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia	11
Quadro 3.2 – Titulares e Competências.....	15
Quadro 4.1 - Cota-Parte devido ao Conselho Federal de Odontologia	39
Quadro 4.2- Receitas Orçamentárias	39
Quadro 4.3 - Despesas Orçamentárias.....	39
Quadro 5.1 – Composição da Diretoria 2016 - 2018.....	44
Quadro 5.2 - Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados..	Erro! Indicador não definido.
Quadro 5.3- Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	46
Quadro 6.1 - Lotação autorizada com a efetiva.....	48
Quadro 6.2 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	48
Quadro 6.3 - Distribuição em funções	49
Quadro 6.4 - despesas com pessoal.....	50
Quadro 8.1 – Vida útil e taxa de depreciação de ativos.....	55
Quadro 8.2– Demonstrações contábeis.....	56
Figura 1 - Organograma Funcional do CRO-RO	13

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	7
2	APRESENTAÇÃO	8
2.1	Apresentação de como está estruturado o relatório de gestão.....	8
2.2	Principais realizações da gestão no exercício	8
2.3	Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício .	9
2.4	Outras informações úteis.....	10
3	VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	11
3.1	Finalidade e competências institucionais.....	11
3.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	12
3.3	Breve histórico da entidade.....	13
3.4	Organograma	13
4	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	16
4.1	Planejamento organizacional.....	16
4.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício	17
4.1.2	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	18
4.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos .	19
4.3	Desempenho orçamentário.....	24
4.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.	21
4.3.2	Execução descentralizada com transferência de recursos.	39
4.3.3	Informações sobre a realização das receitas	39
4.3.4	Informações sobre a realização das despesas	39
4.4	Desempenho operacional.....	39
4.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	41
5	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	43
5.1	Descrição das estruturas de governança.....	43
5.2	Informações sobre dirigentes e colegiados.....	43
5.3	Atuação da unidade de auditoria interna	45
5.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	45
5.5	Gestão de riscos e controles internos.....	45
5.6	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	46
5.7	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	46
6	- ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	48
6.1	Gestão de pessoas.....	48
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	48

	6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	50
	6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	51
	6.1.4	Contratação de mão de obra temporária	52
	6.1.5	Gestão da tecnologia da informação	52
	6.1.6	Sistemas	52
7		-RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	53
	7.1	Canais de acesso do cidadão	53
	7.2	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	53
	7.3	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	53
	7.4	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	54
8		DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	55
	8.1	Desempenho financeiro e informações contábeis.....	55
	8.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	55
	8.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	56
	8.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	56
9		CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	58
	9.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	58
	9.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	58
	9.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	58
10		OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	59
	10.1	Outras informações relevantes.....	59
11		- ANEXOS E APÊNDICES	60
	11.1	ASSINATURAS	60
	11.2	Fotografias dos eventos	61
	11.3	Notas Explicativas e Demonstrações Contábeis	65

1. INTRODUÇÃO

Este conselho, seguindo sua função institucional, tem realizado várias ações buscando a regulação e o exercício legal da Odontologia, além disso, tem buscado a valorização da profissão junto a sociedade e realizado programas de educação continuada para os profissionais visando sua melhor atuação junto ao paciente. Estas ações são resultado de uma programação de fiscalização ostensiva e preventiva, emissão de documentos e cursos de capacitação visando uma educação continuada para uma melhor atuação junto a sociedade.

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia (CRO-RO) está instalado em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, sendo compostos de 5 (cinco) membros e outros 5 (cinco) suplentes, com mandato bienal eleitos em votação secreta, por maioria absoluta de votos dos cirurgiões-dentistas inscritos no CRO-RO. O mandato dos membros do CRO-RO é meramente honorífico, exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado, de nacionalidade brasileira. A diretoria do CRO-RO é composta pelo presidente, secretário, tesoureiro, presidente da comissão de ética e presidente de tomada de contas.

O CRO-RO desenvolve atividades integradas a outros entes públicos, no sentido de orientação, fiscalização e atuação, relacionadas à atividade profissional da odontologia. Garantindo a regularidade do exercício profissional e prezando pela qualidade no atendimento odontológico à sociedade.

2 APRESENTAÇÃO

O Relatório da Gestão tem por finalidade apresentar as atividades realizadas pelo Conselho Regional de Odontologia do Estado de Rondônia – CRO/RO durante o exercício de 2017, em atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal, na IN TCU nº 63/2010 alterada pela IN TCU 72/2013, na DN TCU Nº 154/2016, e Portaria TCU nº. 59/2017 e nas orientações do órgão de Controle Interno.

Paralelamente, permite ao CRO/RO prestar contas à sociedade, e especialmente aos cirurgiões dentistas, técnicos em prótese dentária, técnicos em saúde bucal, auxiliares de prótese dentária e auxiliares de saúde bucal bem como as clínicas odontológicas e empresas de produtos odontológicos, da aplicação dos recursos que arrecada e administra, demonstrando transparência aos resultados de sua gestão.

2.1 Apresentação de como está estruturado o relatório de gestão

O relatório de Gestão do Conselho Regional de Odontologia do Estado de Rondônia está estruturado em 11 (onze) seções: 1 Elementos pré-textuais; 2 Apresentação; 3 Visão geral; 4 Planejamento organizacional e resultados; 5 Governança, gestão de riscos e controles internos; 6 Áreas especiais da gestão; 7 Relacionamento com a sociedade; 8 Desempenho financeiro e informações contábeis; 9 Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; 10 Outras informações relevantes; e 11 Anexos e apêndices.

2.2 Principais realizações da gestão no exercício

Compete ao Conselho Regional de Odontologia de Rondônia registrar os profissionais e fiscalizar o exercício da odontologia e promover ações para fomentar educação continuada, boas práticas no exercício profissional, dentre outras ações que visam estabelecer uma relação benéfica da atividade odontológica junto a sociedade. Dentre os projetos/atividades desenvolvidos no exercício destacamos os seguintes:

Orientação através de e-mails, artigos e matérias vinculadas no site do conselho, esclarecendo conduta de propaganda, emissão de recibos, atestados e relação com os pacientes, documentações para regularidade profissional, criação de novas especialidades, área de atuação e aperfeiçoamento. Assim como, informando sobre

prazos, datas e demais assuntos de interesse da odontologia.

Fiscalização preventiva realizada na capital e no interior do estado, onde foram autuados e notificados vários profissionais em relação ao exercício profissional e questões éticas; e apuradas diversas denúncias relacionadas ao exercício profissional.

Palestras educativas na capital e no interior do estado visando o aprimoramento técnico científico, assim como esclarecendo quanto a atividade profissional, ética, área de atuação e direitos e deveres dos profissionais.

Participação em 10 (dez) reuniões plenárias ordinárias do Conselho Municipal de Saúde, com objetivo de debater e aprovar várias ações referente à saúde.

Participação em 6 (seis) reuniões extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde, com objetivo de debater e aprovar várias ações referente à saúde.

Realizou o curso de capacitação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, e Porto Velho.

Realização de 9 (nove) reuniões plenárias para análise de deliberação de certificados, carteiras profissionais e outros processos administrativos.

Realização de 9 (nove) reuniões da comissão de ética

Participação em duas reuniões do Conselho Federal de Odontologia

Licitação e Aquisição de veículo para fiscalização e demandas administrativas

Licitação e Contratação de reforma das instalações da sede do CRO/RO no município de Porto Velho.

Recuperação de crédito por meio de protesto em cartório de títulos e protestos.

Realização de solenidade de homenagem e diplomação em comemoração ao dia do Cirurgião-Dentista em Porto Velho.

Participação no 5º encontro Social dos Cirurgiões-Dentistas de Ariquemes

Realização de Palestra sobre tomografia Cone Beam em Ji-Paraná

2.3 Principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos no exercício

Dificuldade de acesso a algumas localidades devido às más condições das estradas. Dificuldade de localizar alguns endereços fornecidos via denúncia.

Dificuldade de divulgação e acesso a toda a população com as informações

necessárias para esclarecer a área de atuação e importância da odontologia na saúde.

Dificuldade para atualização de banco de dados devido os profissionais não informarem quando mudam de endereço, e-mail e telefone.

2.4 Outras informações úteis

Visando reduzir as infrações éticas foi realizado, através de e-mails e palestras educativas, um informativo com as principais ocorrências éticas registradas nos últimos anos, debatendo com a categoria os procedimentos adequados para cada situação apontada, promovendo desta forma uma maior conscientização por parte dos profissionais quanto as boas práticas que devem ser seguidas nas propagandas e atendimentos à população.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE

O quadro 3.1 a seguir resume os principais dados da unidade Prestadora de Contas.

Quadro 3.1: Dados do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

DENOMINAÇÃO COMPLETA:	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA:	CRO-RO	CNPJ:	05.896.444/0001-70
NATUREZA JURÍDICA:	Autarquia Federal	CONTATO:	(69) 3221-1813
CÓDIGO CNAE:	94.12-0-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	cro-ro508@gmail.com		
PÁGINA INTERNET:	www.cro-ro.org.br		
ENDEREÇO POSTAL:	Rua Duque de Caxias, 508		
CIDADE:	Porto Velho	UF:	RO
BAIRRO:	Caiari	CEP:	76801170

Fonte: <http://cro-ro.org.br>

3.1 Finalidade e competências institucionais

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, fundado em 01 de janeiro de 1986 por força da Decisão nº 29/1985, com base na Lei 4.324 de 14 de abril de 1964, a qual institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, é uma autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, que tem por finalidade as atividades a supervisão da ética profissional, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, conforme capítulo II, Artigos 5º e 6º do Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, disponível no endereço <<http://cro-ro.org.br>>.

Portanto, é função do CRO/RO “Conceder a habilitação ao exercício profissional do cirurgião-dentista, como clínico ou especialista; ao Técnico em Prótese Dentária (TPD), Técnico em Saúde Bucal (TSB), Auxiliar de Saúde Bucal (ASB) e Auxiliar de Prótese Dentária (APD), e ainda, o registro de pessoa jurídica, como as Empresas Prestadoras de Assistência Odontológica (EPAO), Laboratórios de Prótese (LP) e Empresas Comercializadoras de Produtos Odontológicos (EPO). Além das funções estritamente legais, o CRO/RO também contribui com a valorização profissional, promovendo eventos que reforçam a união da classe odontológica e que contribuem para a formação técnica; atuam na orientação a população, através de

campanhas de prevenção e informação; fomentam discussões sobre assuntos fundamentais a odontologia, como o ensino nas universidades; trabalham em parcerias com as universidades, buscando aprimoramento na formação do cirurgião-dentista; orientam o profissional no exercício de sua profissão. E, o mais importante, é o guia, do profissional da Odontologia, para conduzi-lo aos caminhos de uma conduta profissional ética, comprometida, responsável e consciente

As principais competências da gestão compreendem fiscalização, ética e regulação da profissão. Através da Comissão de Fiscalização são apuradas todas as denúncias relativas ao exercício profissional dos cirurgiões dentistas, técnicos de saúde bucal, auxiliar de saúde bucal, técnico de prótese dental e auxiliar de prótese dental, além das clínicas, consultórios, laboratórios e locais que comercializam produtos odontológicos. Uma vez constatadas irregularidades estas são encaminhadas para a Comissão de Ética para as devidas providências.

A Comissão de Ética tem como finalidade averiguar denúncias encaminhadas pela Comissão de Fiscalização ou pela população que é realizada através dos canais competentes. A regulação da profissão compreende a emissão de carteiras profissionais, certificados, certidões, regularidade ética e financeira, atestando através desses documentos que o profissional inscrito está apto a desempenhar sua atividade profissional.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A legislação que regula o funcionamento da Conselho regional de odontologia de Rondônia é a seguinte:

- Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências;
- Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, que regulamenta a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964;
- Decisão CFO nº 29/1985, de 06 de dezembro de 1985, a qual cria o Conselho Regional de Odontologia de Rondônia;
- Resolução CFO nº 63/2005, de 08 de abril de 2005, que aprova a consolidação das normas para procedimento nos conselhos de odontologia;

3.3 Breve histórico da entidade

Em 1965 foi instalado o Conselho Federal de Odontologia e, em 1966, os primeiros conselhos regionais: Guanabara, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais e Distrito Federal. Ficando a fiscalização no Estado de Rondônia a cargo do Conselho Regional de Odontologia do Amazonas.

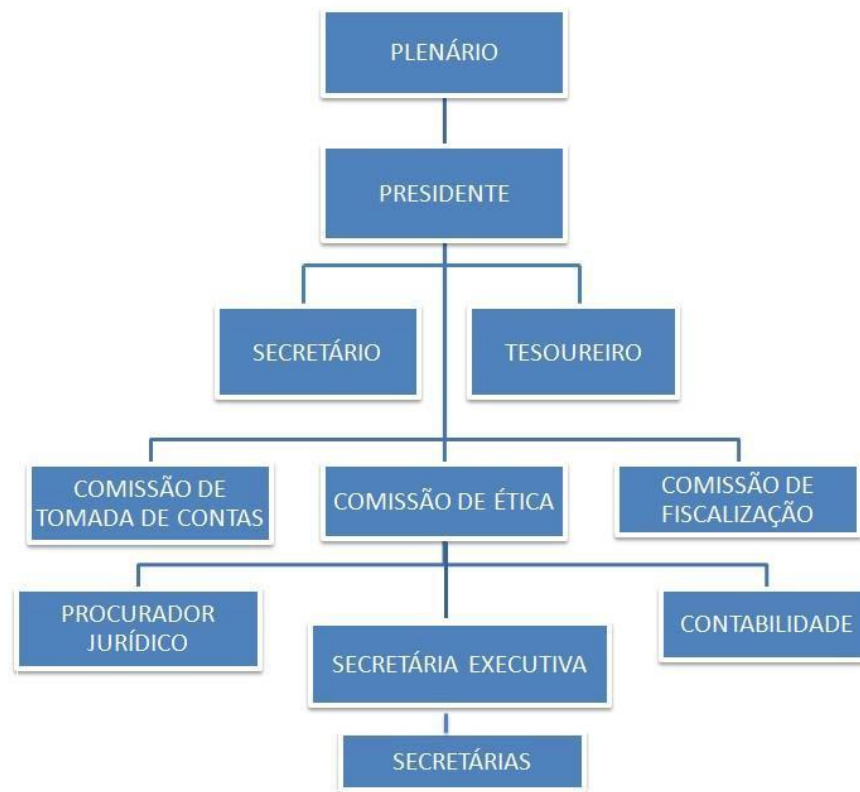
O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia foi criado em 1º de janeiro de 1986, com sua jurisdição abrangendo os Estados de Rondônia e do Acre. A sede do CRO-RO fixou-se em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, sendo instalada uma delegacia seccional em Rio Branco - AC.

No ano de 1989 ocorreu a criação Conselho Regional de Odontologia do Acre, ficando desmembrado, e o CRO-RO passou a ter jurisdição somente sobre o estado de Rondônia.

O CRO-RO é a unidade Regional através da qual a Autarquia, no estado de Rondônia, responde perante o poder público, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público que determinaram a sua criação.

3.4 Organograma

Figura 1 - Organograma Funcional do CRO-RO



Fonte: <http://cro-ro.org.br>

Plenária

Constituído por todos os Conselheiros do CRO-RO, é o órgão máximo de orientação, controle e disciplinamento normativo do Conselho.

Procuradoria jurídica

Coordenar todas as demandas jurídicas pertinentes a entidade

Contabilidade

Coordenar todas as demandas contábeis pertinentes a entidade

Secretária Executiva

Gerenciar as demandas administrativas, contábeis, jurídicas dentre outras pertinentes a entidade

Secretárias

Realizar as atividades de regulação profissional e demandas internas administrativas do conselho

Quadro 3.2 – Titulares e Competências

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidente do conselho	Coordenar e adotar medidas necessárias à realização das atividades e das finalidades da Entidade, bem como sua administração.	Hailton Cavalcante dos Santos	Presidente	01 jan 2017 a 31 dez 2017
Secretário	Realizar o controle das ações administrativas de regulação da odontologia, bem como gerenciar a entidade na ausência do presidente.	Ilso Marcio Gedro Rocha	Secretário	01 jan 2017 a 31 dez 2017
Tesoureiro	Gerenciar as demandas financeiras da entidade	Pedro Ivo Santos Silva	Tesoureiro	01 jan 2017 a 31 dez 2017
Comissão de Tomada de Contas	Análise e deliberação das movimentações financeiras do conselho	Frekcilane Nunes Silva	Presidente de comissão	01 jan 2017 a 31 dez 2017
Fiscalização	Fiscalização do exercício profissional	José Marcelo Vargas Pinto	Presidente de comissão	01 jan 2017 a 31 dez 2017
Regulação	Emissão de carteiras profissionais, certificados de regularidade, inscrição de especialidades etc.	Sebastiana Gil	Secretária executiva	01 jan 2017 a 31 dez 2017
Comissão de Ética	Análise e julgamento de processos éticos	Meyre de Souza Torres	Presidente de comissão	01 jan 2017 a 31 dez 2017

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento organizacional

Fiscalizar o exercício da odontologia, ministrar palestras educacionais e campanhas de valorização da classe, regular o exercício profissional através da emissão de carteiras, certidões, declarações de regularidade, dentre outros. Com a criação do setor financeiro, ocorreu a recuperação de crédito e o levantamento de dívidas passivas.

Para o desempenho de suas atividades o CRO-RO elaborou o Plano Estratégico composto dos seguintes componentes:

Visão

Realizar ações que busquem a regulação do exercício da odontologia, ética e valorização profissional.

Missão

Desenvolver a regulação do exercício com ênfase na ética profissional, atuando junto aos profissionais da área odontológica, órgãos públicos e privados onde se desenvolvam atividades relacionadas à odontologia, a fim de aprimorar os serviços de saúde e proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas.

Valores

Ética, valorização, responsabilidade social e respeito ao meio-ambiente

Análise de ambiente interno

Planejamento das ações da entidade com embasamento em seu regulamento e na Lei que regula as ações dos CRO'S. Tendo atingido suas metas através da fiscalização e regulação da profissão.

Análise de ambiente externo

Fiscalização do exercício da odontologia e campanhas educativas e informativas relacionadas à odontologia.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Fiscalização ostensiva e preventiva, associada a campanha de conscientização da categoria e da sociedade.

Elaboração da Estratégia e Identificação da estratégia atual

Fiscalização, educação continuada e campanha de valorização profissional. E campanhas de conscientização da sociedade da importância

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O CRO-RO projetou como meta para o exercício de 2017, os seguintes objetivos estratégicos:

1. Melhorias e ampliação nos serviços oferecidos no Portal com sistema de registro online;
2. Identificar e retirar as EPAO's inativas do Sistema de cadastro;
3. Minimizar a irregularidade quanto às inscrições com prazo de validade vencido;
4. Regularização de Pessoa Jurídica sem responsabilidade técnica;
5. Profissionais para obter inscrição remida;
6. Minimizar infrações ao Código de Ética através de campanha;
7. Normatizar uso de nome fantasia;
8. Dinamizar a avaliação de publicidade;
9. Otimizar o tramite dos processos Éticos.
10. Intensificar a Fiscalização nas clínicas odontológicas;
11. Ampliar a fiscalização na rede pública e privada;
12. Cancelamento de Pessoa Física e Jurídica com débito de 5 (cinco) anos no CRO-RO;
13. Implementar ferramentas para minimizar inadimplência bem como atender a

legislação;

14. Aperfeiçoar as ferramentas de Transparência no sítio do CRO-RO.
15. Capacitação de funcionários para atuarem em licitações e contratos administrativos.
16. Capacitação de funcionários para atuarem nas exigências previstas na Lei de Acesso a Informação
17. Capacitação de funcionários para a rotina administrativa, atendimento ao público e rotina de cartório de títulos e protestos.

A entidade buscou capacitar seus colaboradores nas principais áreas de gestão administrativa, atendimento ao público, acesso a informação, recuperação de crédito e aquisições públicas e gestão de contratos administrativos visando profissionalizar a atuação dentro destas rotinas que são pilares da Administração Pública.

4.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os Conselhos de Regionais de Odontologia tem por finalidade regular e supervisionar o exercício da profissão, desenvolver a regulação do exercício profissional assim como fiscalizar todas as atividades relacionadas com a odontologia, buscando proteger a sociedade e aprimorar as ações da odontologia nos serviços de saúde.

Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, criado pela Decisão CFO 29/1985, de 13/12/1985, com base na Lei 4.324 de 14/04/1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências, é uma autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade a supervisão da ética profissional, cabendo-lhe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, tem sua a competência institucional assim definida:

- a) Deliberar sobre inscrição e cancelamento, em seus quadros de profissionais registrados na forma da lei;
- b) Fiscalizar o exercício da profissão, em harmonia com os órgãos sanitários competentes;
- c) Deliberar sobre assuntos atinentes à ética profissional, impondo a seus infratores as devidas penalidades;
- d) Organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;

- e) Sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;
- f) Eleger um delegado-eleitor para a assembleia;
- g) Dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais, com recurso suspensivo para o Conselho Federal;
- h) Expedir carteiras profissionais;
- i) Promover por todos os meios ao seu alcance o perfeito desempenho técnico e moral de odontologia, da profissão e dos que a exerçam;
- j) Publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- k) Exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;
- l) Designar um representante em cada município de sua jurisdição;
- m) Submeter à aprovação do Conselho Federal o orçamento e as contas anuais.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Objetivo 1 - Melhorias e ampliação nos serviços oferecidos no Portal com sistema de registro online: Buscou proporcionar mais uma opção de registro profissional via online, com intuito de promover a acessibilidade aos serviços oferecidos pelo CRO-RO, para facilitar principalmente aos profissionais do interior, para não terem que se deslocar até a Sede na Capital ou Delegacia Regional de Cacoal para obter o registro

Resultado: O portal encontra-se em plena atividade, agilizando a demanda administrativa.

Objetivo 2- Identificar e retirar as EPAO's inativas do Sistema de cadastro: Devido a necessidade de sanear problemas referente as pendências no cadastro das EPAO's (Entidade Prestadora de Assistência Odontológica) junto a Regional, tais como, com endereços inválidos ou sem Responsável Técnico (RT), este objetivo buscou reduzir a dívida ativa, uma vez que a permanência destas EPAO's gera anuidades que não são pagas.

Resultado: Após um mapeamento através do sistema de cadastro, o qual permitiu localizar quais eram as inscrições inativas do estado de RO, foi realizado contato via telefone, informando do débito e perguntando da situação da entidade. Em relação às EPAO's com endereços inválidos foram sanados 100%. Já as EPAO's sem o Responsável Técnico de 208 Entidades, apenas 7 permanecem sem o RT.

Objetivo 3 - Minimizar a irregularidade quanto às inscrições com prazo de validade vencido: Conforme estabelecido pela Resolução do CFO-63/2005 (Consolidação das Normas), com intuito de regularizar os profissionais com inscrição provisória desativada por motivo de caducidade (validade: 02 anos), o CRO-RO após minucioso levantamento no Sistema Cadastral do Conselho Federal de Odontologia, informa através de notificação via endereço, contato telefônico e por mídias sociais, que foi constatado que tais profissionais estão com a inscrição cancelada, ficando assim, diante das normas que regem o exercício da profissão, irregular em sua atuação no Estado, pela falta de inscrição e regularidade com seu Conselho de Classe, onde é estabelecido o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, ao contar da data de recebimento, para providenciar regularização junto aos Conselhos Regionais de Odontologia, ou seja, realizar inscrição principal.

Resultado: Em 2017, de 60 profissionais caducados (com inscrições vencidas), 21 deram entrada com sua Inscrição Principal (Entrega de Diploma) tornando assim regularizados junto ao CRO-RO. Os demais permanecem com a inscrição cancelada e irregular para atuação no Estado.

Objetivo 4 - Regularização de Pessoa Jurídica sem responsabilidade técnica: Afim de verificar a existências de possíveis entidades prestadoras de atividade odontológica com a ausência de um responsável técnico, o qual é obrigatório, buscou-se realiza um mapeamento dessas entidades.

Resultados: apenas 7 permanecem irregulares.

Objetivo 5- Profissionais para obter inscrição remida: Este item procurou fazer um levantamento dos profissionais que completaram 70(setenta) anos de idade, e que nunca sofreram penalidade por infração ética, e concede-los a remissão em cumprimento a Consolidação das Normas capítulo III, seção VI, art. 140, ficando assim liberados do pagamento da anuidade do exercício em que a mesma foi concedida.

Resultado: Em 2017 oito profissionais adquiriram a remissão ficando dispensado do recolhimento da anuidade, onde receberam o certificado pela remissão expedido pelo CRO.

Objetivo 6- Minimizar infrações ao Código de Ética através de campanha: Procurou reduzir o número de infrações éticas através de campanhas educativas.

Resultado: Ocorreram palestras educativas, além de campanha nas redes sociais e e-mails para orientação de procedimentos quanto a propaganda, documentação necessária para o exercício profissional, atribuições e deveres dos profissionais.

Objetivo 7- Normatizar uso de nome fantasia: Uma vez que a Consolidação das Normas 63/2005 e o Código de Ética Odontológica de 2012 não regulamenta a utilização do nome fantasia, este item procurou normatiza-lo com o intuito de reduzir a quantidade de infrações éticas.

Resultado: Através da Comissão de Ética ficou decidido deixar os profissionais informar nome fantasia, juntamente com a descrição "Consultório Odontológico", diminuindo assim, ações e infrações éticas no Estado.

Objetivo 8- Dinamizar a avaliação de publicidade: Procurou-se neste item conscientizar os cirurgiões dentistas no que tange à publicação de propagandas em suas áreas de atuação, de modo atentarem aos preceitos do Código de Ética Odontológica, pois de forma geral, todos os profissionais da classe odontológica são vedados a realizar propaganda e publicidade irregular.

Resultado: Diversos cirurgiões dentistas se preocuparam em não realizar propaganda sem antes entrar em contato com o setor de ética para que sejam avaliadas suas propagandas e publicidades, de modo que diminua as infrações éticas.

Objetivo 9- Otimizar o tramite dos processos Éticos: Este objetivo teve o intuito de dar celeridade aos tramites dos processos éticos.

Resultados: As reuniões da comissão de ética ocorriam apenas uma vez por mês. Visando dar celeridade as audiências e demais processos passaram a ocorrer quinzenalmente.

Objetivo 10- Intensificar a Fiscalização nas clínicas odontológicas: Através desse item buscou-se zelar pelas boas práticas no exercício da odontologia no âmbito público e privado

Resultados: Foram realizadas 63 (sessenta e três) fiscalizações em diversos

municípios do estado em clínicas e consultórios odontológicos de âmbito público e privado a fim de zelar pelas boas práticas do exercício profissional tendo como resultados notificações e denúncias ao Ministério Público, Vigilância Sanitária, e demais órgãos de fiscalização.

Objetivo 11- Ampliar a fiscalização na rede pública e privada: Com intuito de reduzir as diferenças no atendimento ofertado à população e ainda, propor melhoria na estrutura proporcionando qualidade no ambiente de trabalho aos profissionais, e principalmente, ao atendimento realizado UBS, objetivou-se combater as irregularidades e disparidades existentes entre unidades dos municípios com características semelhantes.

Resultado: Foram fiscalizados diversos municípios onde a instituição realizou um trabalho de orientação aos gestores quanto ao processo de trabalho, além de notificações e encaminhamentos ao Ministério Público, Vigilância Sanitária, e demais órgãos de fiscalização.

Objetivo 12 - Cancelamento de Pessoa Física e Jurídica com débito de 5 (cinco) anos no CRO-RO: Com base no dispositivo legal imposto pelo capítulo IV, art. 157 alínea f da Consolidação das Normas, pretendeu-se cancelar as inscrições de Pessoa física e Jurídica com débito de 5 (cinco) anos no CRO-RO, posto que a não quitação dos débitos para com a Autarquia, por período de 5 (cinco) anos, esgotadas todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, o Conselho Regional deverá ser cancelada a inscrição do devedor, mediante processo específico, "*ad referendum*" do Conselho Federal, desde que o inadimplente não tenha sido localizado.

Com a execução seria cancelado a inscrição, porém a dívida continuaria apenas até a data de cancelamento, o que não aumentaria o índice de inadimplência no Regional e influenciaria na posição no Ranking Nacional de Cobranças do sistema CFO x CROs.

Resultado: No Ranking Nacional de Cobranças o CRO-RO obteve a 7ª posição e obteve o índice de 74% de quitação do débito.

Objetivo 13-Implementar ferramentas para minimizar inadimplência bem como atender a legislação: É o ato pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos de crédito ou outros documentos de dívida (art. 1º da Lei Federal 9.492/1997). Uma das ferramentas utilizadas foi o protesto de títulos em cartório

de títulos e protestos. O protesto serve também para fixar a data de vencimento, quando não estiver expressa; para interromper o prazo de prescrição; e para fins falimentares.

Resultado: De 172 títulos de cobrança via cartório apontados, 77 profissionais se regularizaram no setor financeiro.

Objetivo 14 - Aperfeiçoar as ferramentas de Transparência no sítio do CRO-RO: Buscou-se estruturar e aperfeiçoar as ferramentas do Portal Transparência no sítio do CRO-RO de acordo com a Lei nº 12.527/2012 que trata do direito constitucional do cidadão ao acesso à informação sobre a gestão administrativa desta Autarquia. O portal visa atender aos artigos 5º e 37º da Constituição Federal, estabelecendo que qualquer entidade pública tenha suas informações disponibilizadas na internet, com exceção de documentos declarados sigilosos. Foi nomeada a funcionária Jovelina Gabriela Lopes e Silva, como Autoridade da LAI – Lei de Acesso à Informação, instituída pela Portaria CRO-RO 081/2017.

Resultado: Disponibilizado o Portal Transparência cumprindo de forma adequada a Lei nº 12.527/2012 com as informações que devem ser de conhecimento de toda a sociedade.

Objetivo 15 - Capacitação de funcionários para atuarem em licitações e contratos administrativos.

Resultado: participação de colaboradora do CRO/RO em curso completo em licitações e contratos (atualizado pela IN05/2017) na cidade de João Pessoa – PB possibilitando melhorias nas rotinas de contratação desta Autarquia gerando economicidade e eficiência nas compras realizadas e contratos efetivados.

Objetivo 16 - Capacitação de funcionários para atuarem nas exigências previstas na Lei de Acesso a Informação

Resultado: Participação de servidora do CRO/RO na 1ª Reunião do Comitê Gestor de Acesso a Informação, proporcionando melhor entendimento nas exigências da LAI e implementação de rotinas para facilitar o acesso a informação

Objetivo 17 - Capacitação de funcionários para a rotina administrativa, atendimento ao público e rotina de cartório de títulos e protestos.

Resultado: capacitação interna dos colaboradores, proporcionando melhor entendimento nas exigências da LAI e implementação de rotinas para facilitar o acesso a informação, licitações e contratos administrativos, atendimento ao público e rotinas administrativas proporcionando um melhor atendimento ao público e agilidade nas demandas internas. Além da melhoria na recuperação de crédito por meio de cobrança em cartório de protesto.

4.3 Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário segue o planejamento da proposta orçamentária. Tendo a entidade cumprido com suas funções de fiscalizar e regular com apoio financeiro do CFO.

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

Quadro 4.3.1 - Execução física e financeira

Conta	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1-RECEITA A REALIZAR	1.552.998,00	1.708.298,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	1.552.998,00	2.308.298,00
6.2.1.1.1-RECEITA CORRENTE	1.552.998,00	1.708.298,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	1.552.998,00	2.308.298,00
6.2.1.1.1.02-RECEITAS DE CONTRIBUICOES	992.237,00	1.260.259,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	992.237,00	2.308.298,00
6.2.1.1.1.02.01-ANUIDADES	992.237,00	1.260.259,00	0,00	0,00	0,00	0,00	992.237,00	1.260.259,00
6.2.1.1.1.02.01.01-Pessoa Física	889.964,00	1.141.427,00	0,00	0,00	0,00	0,00	889.964,00	1.260.259,00
6.2.1.1.1.02.01.02-Pessoa Jurídica	102.273,00	118.832,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.273,00	1.141.427,00
6.2.1.1.1.05-RECEITA DE SERVICOS	75.761,00	81.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.761,00	118.832,00
6.2.1.1.1.05.01-EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.500,00	81.700,00
6.2.1.1.1.05.01.01-Pessoa Física	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	35.500,00
6.2.1.1.1.05.01.02-Pessoa Jurídica	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	28.000,00
6.2.1.1.1.05.02-EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	7.500,00
6.2.1.1.1.05.02.01-Pessoa Física	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	10.700,00
6.2.1.1.1.05.03-EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	10.700,00
6.2.1.1.1.05.03.01-Pessoa Física	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
6.2.1.1.1.05.04-RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	26.061,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.061,00	3.500,00
6.2.1.1.1.05.04.05-Taxa de 1º Via de Certificado - Pessoa Jurídica	1.800,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	32.000,00
6.2.1.1.1.05.04.07-Multa Eleitoral	7.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00	1.200,00
6.2.1.1.1.05.04.11-Taxa de Registro/Inscrição de Habilitação	200,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	1.800,00
6.2.1.1.1.05.04.12-Outras Receitas de Serviços	16.261,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.261,00	9.000,00
6.2.1.1.1.07-TRANSFERENCIAS CORRENTES	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
6.2.1.1.1.07.01-TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	20.000,00
6.2.1.1.1.07.01.01-Contrib ou Auxílios para Desenv das Ativ da Fisc	120.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	5.000,00

6.2.1.1.1.09-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	365.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00	5.000,00
6.2.1.1.1.09.01-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	365.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00	4.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01-DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	365.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00	1.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.001-Anuidades	256.000,00	120.000,00	0,00	530.000,00	0,00	0,00	256.000,00	650.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.002-Multas	4.000,00	120.000,00	0,00	530.000,00	0,00	0,00	4.000,00	650.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.003-Juros	103.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	103.000,00	300.000,00
6.2.1.1.1.09.01.01.004-Correção monetária sobre dívida administrativa	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	350.000,00
6.2.1.1.1.09.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
6.2.1.1.1.09.02.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
6.2.1.1.1.09.02.01.001 - Indenizações	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
6.2.1.1.1.09.03 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
6.2.1.1.1.09.03.01 – Saldo de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.09.03.02 – Outras Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1-DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.552.998,00	1.708.298,00	167.100,00	699.745,00	167.100,00	99.745,00	1.552.998,00	2.308.298,00
6.2.2.1.1-CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.552.998,00	1.708.298,00	167.100,00	300.000,00	167.100,00	99.745,00	1.552.998,00	1.801.298,00
6.2.2.1.1.01-CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.442.985,00	1.601.043,00	167.100,00	0,00	167.100,00	0,00	1.442.985,00	351.668,00
6.2.2.1.1.01.01-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	345.910,00	351.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345.910,00	261.074,00
6.2.2.1.1.01.01.01-REMUNERAÇÃO PESSOAL	256.800,00	261.074,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256.800,00	215.385,00
6.2.2.1.1.01.01.01.001-Salários	211.860,00	215.385,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.860,00	19.581,00
6.2.2.1.1.01.01.01.002-Gratificação de Natal 13º Salário	19.260,00	19.581,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.260,00	26.108,00
6.2.2.1.1.01.01.01.003-Férias 1/3 (CF/88)	25.680,00	26.108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.680,00	90.594,00
6.2.2.1.1.01.01.02-ENCARGOS PATRONAIS	89.110,00	90.594,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.110,00	67.097,00
6.2.2.1.1.01.01.02.001-INSS	65.998,00	67.097,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.998,00	20.886,00
6.2.2.1.1.01.01.02.002-FGTS	20.544,00	20.886,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.544,00	2.611,00
6.2.2.1.1.01.01.02.003-PIS Sobre Folha de Pagamento	2.568,00	2.611,00	0,00	0,00	0,00	99.745,00	2.568,00	688.130,00
6.2.2.1.1.01.04-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	735.375,00	787.875,00	161.800,00	0,00	166.800,00	0,00	730.375,00	86.500,00
6.2.2.1.1.01.04.01-BENEFÍCIOS A PESSOAL	60.500,00	86.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	70.500,00	3.600,00
6.2.2.1.1.01.04.01.001-Vale Transporte	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	500,00	0,00	3.100,00	15.400,00

6.2.2.1.1.01.04.01.002-Plano de Saúde	14.400,00	15.400,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	18.400,00	7.500,00
6.2.2.1.1.01.04.01.003-Plano Odontológico	6.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	60.000,00
6.2.2.1.1.01.04.01.004-Auxílio Alimentação	36.000,00	60.000,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	42.500,00	23.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03-OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	5.000,00	23.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	5.000,00	15.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.001-Indenizações Trabalhistas	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	1.000,00	6.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.002-Multa do FGTS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.003-Multas Rescisórias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	99.745,00	2.000,00	2.308.298,00
6.2.2.1.1.01.04.04-USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	624.875,00	646.375,00	151.300,00	0,00	148.300,00	99.745,00	627.875,00	546.630,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001-DIÁRIA CIVIL	220.000,00	212.000,00	108.000,00	0,00	98.000,00	0,00	230.000,00	112.255,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.001-Funcionários	10.000,00	11.000,00	0,00	0,00	7.000,00	49.873,00	3.000,00	11.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.002-Conselheiros	100.000,00	99.000,00	108.000,00	0,00	0,00	49.872,00	208.000,00	49.127,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.003-Convidados	100.000,00	91.000,00	0,00	0,00	81.000,00	0,00	19.000,00	41.128,00
6.2.2.1.1.01.04.04.001.004-Ajudas de Custo	10.000,00	11.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	11.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002-MATERIAL DE CONSUMO	81.000,00	86.700,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	73.000,00	86.700,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.001-Artigos de Expediente	10.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	11.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.002-Artigos e Materiais para Higiene	5.000,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.003-Materiais para Manutenção de Bens Móveis	2.000,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.200,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.004-Materiais para Acondicionamento e Embalagem	1.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.005-Combustíveis e Lubrificantes	20.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	22.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.006-Gêneros de Alimentação	9.000,00	10.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	3.000,00	10.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.007-Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.008-Vestuário, Uniformes, Calçados, Roupas de Cama e Aviamentos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.010-Materiais Elétricos e de Telefonia	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.012-Materiais de Informática	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002.016-Prêmios, Condecoração,	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00

Trophés, Diplomas e Medalhas

6.2.2.1.1.01.04.04.002.099-Outros Materiais De Consumo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003-SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	6.375,00	6.375,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.375,00	6.375,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001-REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	6.375,00	6.375,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.375,00	6.375,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001.001-Remuneração de Serviços Pessoais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001.002-Encargos sobre Serviços Prestados	1.375,00	1.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.375,00	1.375,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004-SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	317.500,00	341.300,00	43.300,00	0,00	37.300,00	0,00	323.500,00	341.300,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.001-Assinatura de Jornais e Periódicos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	200,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.002-Serviços de Energia Elétrica e Gás	15.000,00	15.000,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	18.300,00	15.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.003-Serviços de Asseio e Higiene	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.004-Serviços de Internet e Telefonia em Geral	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	28.500,00	30.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.005-Fretes e Carretos	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	1.400,00	0,00	100,00	1.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.006-Locação de Bens Imóveis e Condomínios	9.900,00	9.900,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	11.300,00	9.900,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.008-Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.009-Seguros em Geral	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.010-Serviços de Divulgação, Impressão, Encadernação e Fotocópias	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	13.500,00	20.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.011-Congressos, Convenções, Conferências e Simpósios	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.012-Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	30.000,00	10.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	10.800,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.013-Despesas com Software	5.000,00	5.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.014-Serviços de Medicina do Trabalho	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.016-Festividades, Recepções e Hospedagens	3.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	15.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.018-Cursos e Treinamentos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.019-Serviço de Assessoria Contábil	21.000,00	30.000,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	22.600,00	30.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.020-Serviço de Assessoria Jurídica	66.000,00	81.000,00	29.500,00	0,00	0,00	0,00	95.500,00	81.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.021-Serviço de Assessoria e Consultoria de Comunicação	15.000,00	25.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	7.000,00	25.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.022-Serviços de Informática	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00

6.2.2.1.1.01.04.04.004.023-Serviços de Segurança Predial e Preventiva	4.800,00	4.800,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	6.300,00	4.800,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.024-Postagem de Correspondência de Cobrança	10.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.025-Postagem de Correspondência Institucional	25.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	15.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.028-Despesas com Eleições	4.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	1.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.029-Despesas Judiciais	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.004.099-Outros Serviços e Encargos	5.000,00	5.000,00	2.000,00	0,00	3.100,00	0,00	3.900,00	5.000,00
6.2.2.1.1.01.04.05-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	27.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	32.000,00
6.2.2.1.1.01.04.05.001-Passagens Aéreas, Terrestres	21.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	28.000,00
6.2.2.1.1.01.04.05.002-Locação de Veículos (taxi-van)	5.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.04.05.003-Outras Despesas Com Locomoção	1.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00
6.2.2.1.1.01.05-CONTRIBUIÇÕES	340.000,00	430.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	340.000,00	730.000,00
6.2.2.1.1.01.05.01-Cota Parte do CFO	340.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00	430.000,00
6.2.2.1.1.01.07-SERVIÇOS BANCÁRIOS	20.000,00	0,00	0,00	300.000,00	300,00	0,00	19.700,00	300.000,00
6.2.2.1.1.01.07.01-Taxa Sobre Serviços Bancários	20.000,00	28.000,00	0,00	0,00	300,00	0,00	19.700,00	28.000,00
6.2.2.1.1.01.09-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	1.700,00	28.000,00	5.300,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	28.000,00
6.2.2.1.1.01.09.03-Impostos Taxas e Pedágios	1.700,00	3.500,00	5.300,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	3.500,00
6.2.2.1.1.02-CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	110.013,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.013,00	3.500,00
6.2.2.1.1.02.01-INVESTIMENTOS	110.013,00	107.255,00	0,00	399.745,00	0,00	0,00	110.013,00	507.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01-OBRAS E INSTALAÇÕES	75.013,00	107.255,00	0,00	399.745,00	0,00	0,00	75.013,00	507.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01.001-Obras e Instalações	25.000,00	82.255,00	0,00	267.745,00	0,00	0,00	25.000,00	350.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01.002-Infraestrutura e Reforma	50.013,00	82.255,00	0,00	267.745,00	0,00	0,00	50.013,00	350.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03-EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	35.000,00	25.000,00	0,00	132.000,00	0,00	0,00	35.000,00	157.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03.002-Máquinas Motores e Aparelhos	25.000,00	0,00	0,00	132.000,00	0,00	0,00	25.000,00	132.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03.004-Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
								15.000,00

Fonte: CRO-RO

4.3.2 Execução descentralizada com transferência de recursos.

Os repasses de Cota-Parte devido ao Conselho Federal de Odontologia foram na proporção de 36,39%, perfazendo um montante no exercício de 2017 de R\$ 387.636,84 (Trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos), conforme variação patrimonial em anexo e quadro a seguir:

Quadro 4.1 - Cota-Parte devido ao Conselho Federal de Odontologia

Beneficiário	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA	Contrato de repasse	Adimplente	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 387.636,84	R\$ 387.636,84

Fonte: CRO-RO

4.3.3 Informações sobre a realização das receitas

Quanto a realização da receita o objetivo é demonstrar a composição de receitas de fontes próprias da unidade, ou seja, aquelas cuja arrecadação tem origem no esforço próprio das unidades, seja pelo fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio, etc. As informações a seguir estão demonstradas no Balanço Orçamentário do CRO-RO do exercício de 2017 conforme estabelecido pelo Anexo 12 a Lei Federal nº 4.320/64.

Quadro 4.2- Receitas Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.708.298,00	2.308.298,00	1.911.847,87	-396.450,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.260.259,00	1.260.259,00	874.939,29	-385.319,71
ANUIDADES	1.260.259,00	1.260.259,00	874.939,29	-385.319,71
RECEITA DE SERVIÇOS	81.700,00	81.700,00	132.529,54	50.829,54
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	35.500,00	35.500,00	69.309,49	33.809,49
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	10.700,00	10.700,00	11.656,24	956,24
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.500,00	3.500,00	5.941,89	2.441,89
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	32.000,00	32.000,00	45.621,92	13.621,92
FINANCEIRAS	5.000,00	5.000,00	22.909,10	17.909,10
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.000,00	5.000,00	12.005,51	7.005,51
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	10.903,59	10.903,59
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	10.903,59	10.903,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.000,00	650.000,00	650.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.000,00	650.000,00	650.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	1.244,85	-3.755,15
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.000,00	5.000,00	1.244,85	-3.755,15
MULTAS E JUROS DE MORA	5.000,00	5.000,00	1.244,85	-3.755,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	236.339,00	306.339,00	230.225,09	-76.113,91
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	236.339,00	236.339,00	211.559,05	-24.779,95
DÍVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	236.339,00	236.339,00	211.559,05	-24.779,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	18.666,04	18.666,04
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT	0,00	0,00	28.582,35	28.582,35
TOTAL	1.708.298,00	2.308.298,00	1.911.847,87	-396.450,13

Fonte: Balanço Orçamentário – exercício 2017 - CRO/RO

Extrai-se do demonstrativo retro que as principais fontes próprias de receita no exercício de 2017 foram a conta Anuidades no valor de R\$ 874.939,29 (oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos), a conta Receita da Dívida Ativa Tributária na monta de R\$ 211.559,05 (duzentos e onze mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos), e a conta Receita de Serviços no montante de R\$ 132.529,54 (cento e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Observa-se também que houve Déficit de Arrecadação no valor de R\$396.450,13 (trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais e treze centavos), posto que a Execução da Receita (R\$ 1.911.847,87) foi de 82,82% comparada com a Previsão da Receita Atualizada (R\$ 2.308.298,00).

4.3.4 Informações sobre a realização das despesas

No que tange a Execução da Despesa, esta tem por objetivo demonstrar a consolidação da realização da despesa pelo Conselho Regional de Odontologia de Rondônia no exercício de 2017. Os dados abaixo apresentados também constam no Balanço Orçamentário do CRO-RO do exercício de 2017 conforme estabelecido pelo Anexo 12 a Lei Federal nº 4.320/64.

Quadro 4.3 - Despesas Orçamentárias

despesas orçamentárias	dotação inicial	dotação atualizada	despesas empenhadas	despesas liquidadas	despesas pagas	saldo de dotação
Crédito disponível despesa corrente	1.601.043,00	1.800.298,00	1.451.716,13	1.451.716,13	1.420.696,94	348.581,87
Pessoal e encargos sociais	351.668,00		381.279,38	337.967,44	337.967,44	337.967,44
Remuneração pessoal	261.074,00	278.069,42	253.650,92	253.650,92	253.650,92	24.418,50
Encargos patronais	90.594,00		103.209,96	84.316,52	84.316,52	84.316,52
Outras despesas correntes	787.875,00	891.268,51	711.181,96	711.181,96	711.181,96	180.086,55
Benefícios a pessoal	86.500,00		98.775,94	81.062,56	81.062,56	81.062,56
Outras vr patrim. Diminut. Pessoal encargos	23.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	646.375,00		751.892,57	600.388,77	600.388,77	600.388,77
Passagens e despesas com locomoção	32.000,00	32.600,00	29.730,63	29.730,63	29.730,63	2.869,37
Contribuições	430.000,00		496.250,11	387.636,84	387.636,84	356.617,65
Serviços bancários	28.000,00	28.000,00	13.024,49	13.024,49	13.024,49	14.975,51
Obrigações tributárias contributivas	3.500,00		3.500,00	1.905,40	1.905,40	1.905,40
Crédito disponível despesa de capital	107.255,00	508.000,00	415.925,66	144.829,25	144.829,25	92.074,34
Investimentos	107.255,00		508.000,00	415.925,66	144.829,25	144.829,25
Obras e instalações	82.255,00	351.000,00	275.896,41	4.800,00	4.800,00	75.103,59
Equipamentos e materiais permanentes	25.000,00		157.000,00	140.029,25	140.029,25	140.029,25
Sub-total das despesas	1.708.298,00	2.308.298,00	1.867.641,79	1.596.545,38	1.565.526,19	440.656,21
Superávit	0,00		0,00	44.206,08	0,00	0,00
TOTAL	1.708.298,00	2.308.298,00	1.911.847,87	1.596.545,38	1.565.526,19	396.450,13

Fonte: Balanço Orçamentário – exercício 2016 - CRO/RO

Extrai-se do demonstrativo retro que a Despesa Fixada Atualizada perfaz o montante de R\$ R\$2.308.298,00 (dois milhões, trezentos e oito mil, duzentos e noventa e oito reais) e o valor de sua Execução alcançou R\$1.565.526,19 (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte seis reais e dezenove centavos) resultando numa economia na realização da despesa na monta de R\$396.450,13. (Trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais e treze centavos). Contudo, se comparada a Execução da Receita (R\$1.565.526,19) observa-se que houve um Equilíbrio Orçamentário.

Da despesa efetivamente realizada no montante de R\$1.565.526,19 (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte seis reais e dezenove centavos) nota-se que o dispêndio corresponde a conta Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no valor de R\$600.388,77 (seiscentos mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos), seguido da conta Contribuições na monta de R\$356.617,65 (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos), e da conta Encargos Sociais no valor de R\$337.967,44 (trezentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

4.4 Desempenho operacional

Após seguir o planejamento estratégico das ações, esta entidade alcançou seus objetivos institucionais.

A) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Regular e fiscalizar o exercício da profissão no âmbito público e privado em defesa da sociedade.

Ação: Cronograma de fiscalização e rotinas de recuperação de credito.

Descrição do Resultado: Fiscalização: cronograma de fiscalização preventiva e ostensiva a fim de inibir o exercício ilegal da profissão, zelar pelas boas práticas na odontologia e atualização cadastral dos profissionais inscritos.

Recuperação de créditos: através de capacitação dos colaboradores, notificações extrajudiciais, execuções fiscais, execuções em cartório de protestos e títulos, mapeamento de EPAO's inativa, busca por profissionais com inscrições provisórias vencidas, campanhas de esclarecimento aos profissionais da importância de estarem regular com a entidade.

Ações que visam buscar a valorização profissional junto a sociedade. Publicar artigos

e notícias de interesse da classe odontológica e da comunidade. Esclarecendo e conscientizando a sociedade do papel da odontologia na prevenção e tratamento das diversas morbidades do processo saúde doença.

Setor Responsável: Comissão de fiscalização, diretoria do CRO-RO, comissão de ética e setor financeiro.

Valor Planejado: R\$ 227.000,00 (duzentos e vinte e sete mil reais)

Valor Executado: R\$ 227.000,00 (duzentos e vinte e sete mil, e reais)

Informações Adicionais:

Disfunção estrutural ou situacional (fraqueza): Dificuldade de atingir todos os municípios do estado devido às condições das estradas, dimensões territoriais e restrição orçamentária.

Fatores contributivos (força): Capacitação de pessoal, Implementação de novas formas de pagamento; Apoio do CFO, da ABO, da OAB, Ministério Público, Governo do Estado de Rondônia e das Prefeituras Municipais.

Representatividade: Através da Delegacia de Cacoal e dos representantes do Conselho nas demais cidades do estado ocorreram notificações, orientações e outros encaminhamentos na busca da regularização dos profissionais além de inibir o exercício ilegal da profissão.

Tempestividade (duração da ação): Ações foram executadas durante o ano de 2017.

B) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Realizar campanha de orientação e educação continuada.

Ação: Através de ciclo de palestras, matérias disponibilizadas no Site do CRO-RO e vinculadas via e-mail, redes sociais.

Descrição do Resultado: Foram realizados 27 ciclos de palestras ao longo do ano bem como veiculada uma série de matérias de interesse dos profissionais de educação continuada.

Setor Responsável: Secretaria do CRO-RO e assessoria de comunicação.

Valor Planejado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Valor Executado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Disfunção estrutural ou situacional (fraqueza): Restrição orçamentárias e dificuldade em atingir 100% dos profissionais.

Fatores contributivos (força): Apoio do CFO, Vigilância Sanitária, Ministério Público, Secretarias de Saúde Municipais, universidades e escolas de aperfeiçoamento

profissional (EAP).

Representação: As demandas existentes foram atendidas através do planejamento estratégico.

Tempestividade (duração da ação): A fiscalização foi executada durante todo o ano de 2017.

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia tem como uma de suas missões institucionais fiscalizar o exercício da odontologia no âmbito público e privado visando zelar pelas boas práticas no atendimento à população.

As demandas institucionais têm crescido anualmente, não apenas pelo aumento no número de profissionais inscritos, mas também pelo aumento da conscientização da população sobre a atividade fim do conselho divulgado por meio do Site, campanhas educativas e mídias sociais. Com o planejamento estratégico estas demandas foram atendidas.

A) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Fiscalização ostensiva e preventiva do exercício profissional

Ação: Cronogramas de Fiscalização na rede pública e privada e demandas do Ministério Público.

Nome: Fiscalização do exercício profissional

Descrição: Fiscalização do exercício profissional nas clínicas, consultórios, unidade básicas de saúde, centros de especialidades odontológicas, associações, laboratórios de prótese e de empresas que comercializam produtos odontológicos.

Tipo de Indicador: Eficácia

Fórmula de Cálculo: Análise comparativa do número de denúncias e o número de fiscalizações 2017

Legenda da Fórmula de Cálculo: Numero de fiscalização / número de denúncias

Meta do Período: Atingir 100% das denúncias e fiscalizar todos os municípios

Período de Realização: De janeiro a dezembro de 2017.

Unidade de medida do indicador: Percentual

Resultado: Parcialmente atingido Fiscalização 36 municípios (69%) /Denuncias 80 (100%)

Periodicidade de Atualização: Anual

Análise crítica: Por questões de dificuldade de deslocamento nas estradas do interior do estado, somado a indisponibilidade do veículo destinado a função de fiscalização por um período de aproximadamente 5 meses devido a acidente com perda total, e questões orçamentárias não foi possível atingir a totalidade dos municípios do estado, ocorreu também dificuldade de localização dos endereços fornecidos nas denúncias.

Apesar de não atingir 100% dos profissionais do estado devido à questões já descritas, o resultado atingido atende as expectativas.

B) – Macro objetivo, Objetivo, ou Meta: Valorizar e defender o livre exercício da profissão

Ação: Valorização profissional e conscientização da sociedade da importância da odontologia no processo saúde doença.

Nome: Campanha de valorização profissional

Descrição: Foram realizadas atividades de valorização profissional junto a sociedade através de noticiais vinculadas nas redes sociais, palestras, entrevistas na rádio e TV e publicações jornais e revistas. Esclarecendo e conscientizando a sociedade do papel da odontologia na prevenção e tratamento das diversas morbidades do processo saúde doença.

Valor Planejado: R\$0,00

Tipo de Indicador: Efetividade

Meta do Período: Atingir 100% da população

Período de Realização: De janeiro a dezembro de 2017.

Resultado: Parcialmente atingido

Periodicidade de Atualização: Anual

Análise crítica: Não foi atingido a totalidade do objetivo em função da dificuldade de divulgação e acesso a toda a população com as informações necessárias para esclarecer a área de atuação e importância da odontologia na saúde.

5 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. O sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem na busca de uma gestão mais eficiente.

5.1 Descrição das estruturas de governança

Integram a estrutura de governança do CRO-RO a diretoria da organização, composta por Presidente, Secretário, Tesoureiro, Presidente de Comissão de Tomada de Contas e Presidente da Comissão de Ética. Além desses possui cinco membros suplentes sendo distribuídos dois destes na Comissão de Tomada de Contas e Três na Comissão de Ética. O Conselho possui ainda um Delegado responsável por uma Delegacia no município de Cacoal (que também desempenha a função de Presidente da Comissão de Ética). Complementando a estrutura de governança o CRO-RO possui 10 (dez) representantes distribuídos nos municípios do estado. As competências de cada componente da estrutura de governança estão previstas na Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e no Regimento Interno do CRO-RO.

5.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia possui em seu regimento eleitoral a previsão de eleições para o mandato de 2 anos. Assim a diretoria durante o exercício de 2017 foi composta pelas eleições realizadas em 2016, com vigência para o biênio 2016/2018, e possui a seguinte configuração:

Quadro 5.1 – Composição da Diretoria 2016 - 2018

Dirigente	HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS
CPF:	386.436.422-15
Cargo	Presidente
Registro Profissional	706
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	ILSO MARCIO GEDRO ROCHA
CPF:	292.931.461-34
Cargo	Secretário
Registro Profissional	499
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	PEDRO IVO SANTOS SILVA
CPF:	195.276.988-47
Cargo	Tesoureiro
Registro Profissional	2082
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	FREKCILIANE NUNES SILVA
CPF:	586.370.012-20
Cargo	Presidente Comissão de Tomada de Contas
Registro Profissional	1261
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	MEIRE DE SOUZA TORRES
CPF:	288.765.708-96
Cargo	Presidente da Comissão de Ética
Registro Profissional	679
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	13/07/2018
Dirigente	JOSÉ MARCELO VARGAS PINTO
CPF:	408.486.123-53
Cargo	Presidente da Comissão de Fiscalização
Registro Profissional	649
Entidade	Conselho Regional de Odontologia de Rondônia
Ato de Designação	Portaria CRO-RO nº 55, de 13 de julho de 2016
Data do Ato de Designação	13/07/2016
Data inicial do mandato	14/07/2016
Data final do mandato	31/12/2016

Fonte: Ata da 266ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia

5.3 Atuação da unidade de auditoria interna

O Conselho Federal de Odontologia é encarregado pela aprovação do orçamento e das contas anuais dos Conselhos Regionais. Os auditores externos emitem relatório sobre os controles operacionais e registros contábeis, de acordo com as normas técnicas de auditoria do CFC (Conselho Federal de Contabilidade). Os relatórios avaliam a performance financeira e contábil da instituição, além de apresentar eventuais proposições para os anos subsequentes.

Contudo, no ano de 2017 não foi realizada auditoria referente a gestão do exercício de 2016, dada a impossibilidade do Conselho Federal de Odontologia, conforme Ofício Circular nº 472/2018/CFO apresentado como anexo deste Relatório de Gestão, face a não existência de quadro funcional capacitado e em número suficiente para realização da auditoria, associado a falta de estrutura para licitar empresa de auditoria independente com o fim de realizar tais trabalhos – circunstância essas decorrentes dos transtornos com a “Operação Tiradentes” e da determinação da mudança da sede do CFO para Brasília.

No que concerne às ações de fiscalização por meio de auditorias, o CRO-RO possui uma unidade descentralizada, a Delegacia do município de Cacoal, visitada periodicamente para corrigir e orientar quanto à dinâmica de rotinas administrativas e contábeis.

Ademais os atos e fatos da gestão do CRO-RO são fiscalizados pela Comissão de Tomada de Contas que possui atribuições definidas no Capítulo VI, Artigo 48 do Regimento Interno disponível no endereço eletrônico <<http://cro-ro.org.br>>.

5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O Conselho Federal de Odontologia orienta e fiscaliza as ações da entidade. A Comissão de Tomada de Contas complementa as ações de controle e apuração. E no exercício de 2017 não houve necessidade de autuação correicional de processos disciplinares.

5.5 Gestão de riscos e controles internos

As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que

avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à Presidência. Exemplos típicos dessas estruturas a auditoria interna, e as comissões.

É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

Visando mitigar falhas nos procedimentos foram realizadas durante o exercício de 2017 capacitação dos colaboradores, aprimoramento de rotinas administrativas, transparência, contratos administrativos e licitações.

Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Há norma e regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.

5.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

O mandato dos membros do CRO-RO é meramente honorífico, exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado, de nacionalidade brasileira. A diretoria do CRO-RO é composta pelo presidente, secretário, tesoureiro, presidente da comissão de ética e presidente de tomada de contas.

Quadro 5.2- Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Cargo	Dirigente	Tipo de Remuneração	Valor
Presidente	Hailton Cavalcante dos Santos	Não Remunerado	0,00
Secretário	Ilso Marcio Gedro Rocha		
Tesoureiro	Pedro Ivo Santos Silva		
Presidente comissão de tomada de contas	Frekciliane Nunes Silva		
Presidente da comissão de ética	Meire de Souza Torres		
Presidente da comissão de fiscalização	José Marcelo Vargas Pinto		

Fonte: CRO-RO

5.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Conselho Federal de Odontologia é encarregado pela aprovação do orçamento e das

contas anuais dos Conselhos Regionais. Porém no ano de 2017 não foi realizada auditoria referente à gestão do exercício de 2016, conforme Ofício Circular nº 472/2018/CFO apresentado como anexo deste Relatório de Gestão.

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

Como autarquia Federal o Conselho necessita de colaboradores para desenvolver suas atividades administrativas, contábeis e jurídicas.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho da unidade é demonstrada nos quadros a seguir, os quais apresentam, respectivamente, a lotação e as situações que alteram a força de trabalho da unidade. O Quadro abaixo visa demonstrar a força de trabalho do CRO-RO, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva.

Quadro 6.1 - Lotação autorizada com a efetiva.

Tipologia do cargo	Lotação Autorizada	Lotação efetiva	Ingresso	Egresso
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	9	9	1	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	9	9	1	0

Fonte: CRO-RO

Quadro 6.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	2	7
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	7

Fonte: CRO-RO

Detalhamento da estrutura da UPC Introdução O CRO-RO não possui servidores em

cargos ou funções gratificadas, os cargos da diretoria são honoríficos.

Quadro 6.3 - Distribuição em funções

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	1	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	1	1	0	0

Fonte: CRO-RO

Análise Crítica:

A quantidade de servidores é insuficiente para atender as demandas da entidade. A força de trabalho está distribuída de forma a atender a área meio e a área fim. O CRO-RO não possui servidores em cargos comissionados.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas mais comuns são: Férias, afastamento por problemas de saúde.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas com pessoal são fundamentais para que se mantenha a rotina administrativa jurídica e contábil da entidade.

Quadro 6.4 - despesas com pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2016	197.477,83	0,00	43.613,88	63.618,50	1.975,65	55.346,22	0,00	0,00	0,00	362.032,08
2017										

Fonte: Balanço financeiro 2016 e 2017

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração. Exemplos típicos dessas estruturas, a auditoria interna, as comissões.

Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados por lei. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.

É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.

É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.

Caso seja identificado riscos relacionados a gestão de pessoal estes são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.

Há normas e regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade, além de controle contábil e administrativo preventivas para prevenir possíveis riscos.

No intuito de propiciar melhorias nas rotinas de contratação, bem como economicidade e eficiência nas compras realizadas e contratos efetivados no âmbito do CRO/RO, houve capacitação de funcionários do CRO/RO em curso completo de licitações e contratos, atualizado pela IN05/2017, na cidade de João Pessoa – PB.

Com vistas a implementação de rotinas para facilitar o acesso a informação, houve também capacitação de servidora do CRO/RO na 1ª Reunião do Comitê Gestor de Acesso a Informação, que gerou melhor entendimento nas exigências da LAI.

Ambas as capacitações externas, foram disseminadas aos demais servidores do CRO/RO para proporcionar melhoramento nas rotinas administrativas, atendimento ao

público, como também as rotinas de cartório de títulos e protestos, possibilitando assim um melhor atendimento ao público e agilidade nas demandas internas, bem como melhoria na recuperação de crédito por meio de cobrança em cartório de protesto.

6.1.4 Contratação de mão de obra temporária

A mão de obra do Conselho é composta exclusivamente por mão de obra temporária, por se tratar de se configurar com uma entidade pública de direito privado, o entendimento anterior é de que a contratação deveria seguir as regras da CLT sem a obrigatoriedade de concurso público, porém o entendimento atual exige a realização de Concurso Público, o qual já está em andamento para atender as exigências do MPT.

6.1.5 Gestão da tecnologia da informação

A gestão da Tecnologia da Informação está baseada no Sistema que interliga o Conselho Federal de Odontologia – CFO com os demais conselhos regionais. O sistema é oferecido na plataforma on-line onde são disponibilizados os dados pessoais, financeiros e éticos de todos os profissionais inscritos. A gestão do sistema é realizada pelo CFO cabendo ao CRO-RO alimentar com os dados regionais e utilizar a base de dados para consultas rotineiras.

O CFO também disponibiliza um sistema que faz o cadastramento dos cursos de pós-graduação de faculdades, entidades e unidades avançadas. Cabendo ao CRO-RO a transmissão dos dados fornecidos por estas instituições de ensino.

O Conselho não possui mão de obra especializada em tecnologia da informação. Porém possui contrato de suporte técnico terceirizado para suprir as necessidades de TI.

6.1.6 Sistemas

O sistema CFO/CRO é interligado, sendo o CFO responsável pela manutenção, alimentação e suporte das informações.

O CRO-RO possui assinatura dos sistemas SISCONT e SISPAT. O primeiro gerencia as atividades contábeis e o segundo auxilia na gestão patrimonial.

7 –RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão

O Conselho Regional de Odontologia do estado de Rondônia disponibiliza portal da transparência, portal de pesquisa profissional, portal de denúncia, telefones, e-mails, mídias sociais, e canal de notícias disponibilizadas no site, que permitem ao cidadão total acesso a informação.

Durante o exercício de 2017 o CRO-RO recebeu, por meio dos diversos canais disponíveis, solicitações, reclamações, denúncias, sugestões sempre buscando o melhor atendimento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados para melhorar a gestão.

Frente a essa demanda, servidora do CRO/RO participou da Reunião do Comitê Gestor de Acesso a Informação, gerando melhor entendimento nas exigências da LAI, sendo as informações repassadas aos demais servidores, possibilitando assim implementação de rotinas que facilitaram um melhor atendimento ao público e agilidade nas demandas por acesso a informação.

O site do CRO-RO foi reestruturado decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso ao cidadão visando o melhor acesso às informações por parte da sociedade.

7.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não foi realizada pesquisa de satisfação.

7.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O CRO-RO publica os atos de gestão considerados relevantes aos profissionais, usuários, demais cidadãos e pessoas jurídicas que necessitem de informações desta Entidade com objetivo de oferecer maior transparência à gestão. As informações podem ser acessadas na página do CRO-RO na internet por meio do endereço www.cro-ro.org.br.

Estão disponíveis informações acerca da transparência institucional e gestão, das ações de fiscalização e controle, dos relatórios institucionais (atividades, gestão, gestão fiscal etc.), balanço patrimonial e balanço orçamentário entre outras informações.

7.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia procura se adequar a aplicabilidade da lei nº 10.098/2000 ao Decreto nº 5.296/2004 e normas técnicas da ABNT aplicáveis. O imóvel ocupado pelo CRO-RO encontra-se no térreo, ao nível da rua, com rampa de acesso emborrachada e instalações adequadas à lei. A calçada possui piso tátil para deficientes visuais. O atendimento ao público também pode ser realizado por telefone e site na internet.

No ano de 2017 foi planejado, licitado e contratado o serviço de reforma da sede implementando medidas de acessibilidade tais como, rampas de acesso, piso tátil, banheiros adaptados para cadeirantes, ampliação de portas de acesso.

8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho financeiro e informações contábeis

As informações financeiras e orçamentárias abrangem programas e ações desenvolvidos no exercício, em consonância com a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia (Aprovada pela Resolução CFO-6363/2005), contemplando, entre outros, os demonstrativos da execução do orçamento fiscal destinado ao CRO-RO, com realce para os principais aspectos e contas que compõem os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Composição das Disponibilidades Financeiras.

8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os procedimentos contábeis do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia são realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9, observando-se ainda as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional.

Todos os bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado. A depreciação dos bens móveis, de acordo com sistema de gestão patrimônio (SISPAT), tomando as devidas orientações conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e NBC T 16.9 (NBC TSP – do Setor Público).

A depreciação dos bens é realizada pelo método das cotas constantes, tendo como metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo conforme as taxas aceitáveis pela Receita Federal do Brasil conforme informações apresentadas no Quadro 8.1 abaixo:

Quadro 8.1 – Vida útil e taxa de depreciação de ativos

Bens Móveis		Vida Útil	Taxa
i.	Veículos	5 anos	20%
ii.	Máquinas Motores e Aparelhos.....	10 anos	10%
iii.	Mobiliário em Geral.....	10 anos	10%
iv.	Computadores e Periféricos	5 anos	20%

Fonte: Notas explicativas das demonstrações contábeis

Os bens registrados no ativo imobilizado não foram reavaliados no exercício de 2017, conforme previsto na NBC T SP 16.10 por não possuir orçamento destinado a esta atividade. A conta edifício com saldo R\$ 0,00, sendo que a escritura do imóvel encontra-se registrada em nome do CFO. Em virtude deste fato, desconsiderou-se o direito de propriedade do CRO/RO.

8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O CRO-RO não possui estabelecida sistemática de apuração de custos.

8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis foram organizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

De acordo com a Lei nº 4.320/1.964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

As demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes informações, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial. As demonstrações contábeis estão inseridas como anexo ao relatório de gestão. Conforme quadro 8.2 a seguir:

Quadro 8.2– Demonstrações contábeis

Demonstração Contábil	Descrição
Balanço Financeiro	O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte
Balanço Orçamentário	O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
Balanço Patrimonial	O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Demonstrativo do Fluxos de Caixa	A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.
Demonstrativo das Variações Patrimoniais	A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício
Notas explicativas	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Contêm informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Fonte: Manual de contabilidade aplicada ao setor público

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício financeiro de 2017 o conselho regional de odontologia de Rondônia não recebeu recomendações do TCU.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve recomendações a serem realizadas uma vez que não foi realizada auditoria no ano de 2017, conforme Ofício Circular nº 472/2018/CFO apresentado como anexo deste Relatório de Gestão

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve indícios de danos ao erário no exercício de 2017

10 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 Outras informações relevantes

A autarquia buscou a capacitação dos seus colaboradores, visando melhor atendimento ao público, assim realizou-se durante o ano de 2017 cursos na área de licitações e contratos administrativos, Lei de acesso a informação e buscou-se o aprimoramento das rotinas internas por meio da disseminação dos conhecimentos adquiridos nas capacitações entre todos os integrantes do Conselho Regional de Odontologia do Estado de Rondônia.

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ASSINATURAS

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS
Presidente

ILSO MARCIO GEDRO ROCHA
Secretário

FREKILIANE NUNES SILVA
Presidente Comissão de Tomada de Contas

PEDRO IVO SANTOS SILVA
Tesoureiro

11.2 Fotografias dos eventos

Palestra sobre Tomografia Cone Beam em Ji-Paraná



Fonte: Site do CRO-RO

5º Encontro Social dos Cirurgiões-Dentistas de Ariquemes



Fonte: Site do CRO-RO

Solenidade de Homenagem e Diplomação em Comemoração ao dia do Cirurgião-Dentista



Fonte: Site do CRO-RO

A cerimônia foi marcada por homenagens, elogios e agradecimentos à classe odontológica. Onde foi realizada a entrega de Título de Inscrição Remida aos profissionais desta Autarquia que atenderam ao requisito de tempo de exercício da profissão, sem sofrer qualquer penalidade por infração ética, tendo sua inscrição principal transformada em Inscrição Remida.



Fonte: Site do CRO-RO

Na ocasião, foi entregue também certificado de homenagem de reconhecimento e *In Memoriam* pelos relevantes serviços prestados a odontologia de Rondônia.



Fonte: Site do CRO-RO

A mesa de cerimônia foi composta pelo presidente do CRO-RO, CD- Hailton Cavalcante dos Santos, o conselheiro do Conselho Federal de Odontologia (CFO), CD-Luiz Fernando Rodrigues Rosa, a vice-presidente da Associação Brasileira de Odontologia seção Rondônia (ABO-RO), CD- Selene Maria Chagas Coelho Higashi, o Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado de Rondônia (SODERON), CD-Rodrigo Jacon Jacob e o coordenador de saúde bucal do município de Porto Velho, CD-Fabricio da Silva Santos.



Fonte: Site do CRO-RO

11.3 Notas Explicativas e Demonstrações Contábeis

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exerc	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.911.847,87	1.228.257,80	Despesa Orçamentária	1.867.641,79	1.256.840,15
RECEITA REALIZADA	1.911.847,87	1.228.257,80	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	271.096,41	
RECEITA CORRENTE	1.911.847,87	1.228.257,80	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	31.019,19	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	874.939,29	806.931,02	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.565.526,19	1.256.840,15
ANUIDADES	874.939,29	806.931,02	DESPEZA CORRENTE	1.420.696,94	1.247.577,43
RECEITA DE SERVICOS	132.529,54	142.069,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	253.650,92	241.031,71
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	69.309,49	57.767,21	ENCARGOS PATRONAIS	84.316,52	78.867,75
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	11.656,24	9.168,44	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	711.181,96	599.150,86
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	5.941,89	3.849,35	CONTRIBUIÇÕES	356.617,65	318.422,17
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	45.621,92	71.284,20	SERVIÇOS BANCÁRIOS	13.024,49	7.777,25
FINANCEIRAS	22.909,10	16.345,59	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	1.905,40	2.327,69
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.005,51	12.473,04	DESPEZA DE CAPITAL	144.829,25	9.262,72
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.903,59	3.872,55	INVESTIMENTOS	144.829,25	9.262,72
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.903,59	3.872,55			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	650.000,00	80.089,46			
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	650.000,00	80.089,46			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.244,85	3.109,01			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.244,85	3.109,01			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS E JUROS DE MORA	1.244,85	3.109,01			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	230.225,09	179.713,52			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	211.559,05	163.680,87			
DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	211.559,05	163.680,87			
RECEITAS DIVERSAS	18.666,04	16.032,65			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.490.804,15	1.104.887,33	Pagamentos Extraorçamentários	910.797,50	1.080.507,28
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	542.192,82		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	31.019,19		Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	917.592,14	1.104.887,33	Outros Pagamentos Extraorçamentários	910.797,50	1.080.507,28
Saldo em espécie do Exercício Anterior	8.395,77	12.598,07	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	361.512,09	8.395,77
Caixa e Equivalente de Caixa	8.395,77	12.598,07	Caixa e Equivalente de Caixa	361.512,09	8.395,77
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	3.411.047,79	2.345.743,20		3.139.951,38	2.345.743,20

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
 Presidente
 CRO: RO-000706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
 Tesoureiro
 CRO: RO-002082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
 Contador
 CRC: RO-002980/O-3

Período: 01/01/2017
31/12/201

Balço Orçamentário

7

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.708.298,00	2.308.298,00	1.911.847,87	-396.450,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.260.259,00	1.260.259,00	874.939,29	-385.319,71
ANUIDADES	1.260.259,00	1.260.259,00	874.939,29	-385.319,71
RECEITA DE SERVIÇOS	81.700,00	81.700,00	132.529,54	50.829,54
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	35.500,00	35.500,00	69.309,49	33.809,49
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	10.700,00	10.700,00	11.656,24	956,24
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.500,00	3.500,00	5.941,89	2.441,89
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	32.000,00	32.000,00	45.621,92	13.621,92
FINANCEIRAS	5.000,00	5.000,00	22.909,10	17.909,10
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.000,00	5.000,00	12.005,51	7.005,51
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	10.903,59	10.903,59
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES	0,00	0,00	10.903,59	10.903,59
FINANCEIRAS				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.000,00	650.000,00	650.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.000,00	650.000,00	650.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	1.244,85	-3.755,15
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.000,00	5.000,00	1.244,85	-3.755,15
MULTAS E JUROS DE MORA	5.000,00	5.000,00	1.244,85	-3.755,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	236.339,00	306.339,00	230.225,09	-76.113,91
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	236.339,00	236.339,00	211.559,05	-24.779,95

DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA			236.339,00	236.339,00	211.559,05	-24.779,95
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			0,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			0,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
RECEITAS DIVERSAS			0,00	0,00	18.666,04	18.666,04
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.708.298,00	2.308.298,00	1.911.847,87	-
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	396.450,13
TOTAL			1.708.298,00	2.308.298,00	1.911.847,87	-
						396.450,13
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.601.043,00	1.800.298,00	1.451.716,13	1.451.716,13	1.420.696,94	348.581,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	351.668,00	381.279,38	337.967,44	337.967,44	337.967,44	43.311,94
REMUNERAÇÃO PESSOAL	261.074,00	278.069,42	253.650,92	253.650,92	253.650,92	24.418,50
ENCARGOS PATRONAIS	90.594,00	103.209,96	84.316,52	84.316,52	84.316,52	18.893,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	787.875,00	891.268,51	711.181,96	711.181,96	711.181,96	180.086,55
BENEFÍCIOS A PESSOAL	86.500,00	98.775,94	81.062,56	81.062,56	81.062,56	17.713,38
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	23.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	646.375,00	751.892,57	600.388,77	600.388,77	600.388,77	151.503,80
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.000,00	32.600,00	29.730,63	29.730,63	29.730,63	2.869,37
CONTRIBUIÇÕES	430.000,00	496.250,11	387.636,84	387.636,84	356.617,65	108.613,27
SERVIÇOS BANCÁRIOS	28.000,00	28.000,00	13.024,49	13.024,49	13.024,49	14.975,51
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	3.500,00	3.500,00	1.905,40	1.905,40	1.905,40	1.594,60

CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	107.255,00	508.000,00	415.925,66	144.829,25	144.829,25	92.074,34
INVESTIMENTOS	107.255,00	508.000,00	415.925,66	144.829,25	144.829,25	92.074,34
OBRAS E INSTALAÇÕES	82.255,00	351.000,00	275.896,41	4.800,00	4.800,00	75.103,59
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	25.000,00	157.000,00	140.029,25	140.029,25	140.029,25	16.970,75

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
 Presidente
 CRO: RO-000706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
 Tesoureiro
 CRO: RO-002082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
 Contador
 CRC: RO-002980/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	363.952,76	388.371,42	PASSIVO CIRCULANTE	71.040,67	37.441,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	361.512,09	8.395,77	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	38.081,87	35.852,62
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	373.320,69	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.440,67	6.654,96	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.939,61	1.588,51
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	31.019,19	0,00
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	934.155,40	594.546,63	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	663.251,31	466.031,24	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	663.251,31	466.031,24	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	270.904,09	128.515,39	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	350.540,82	205.711,57	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	79.636,73C	77.196,18C	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	71.040,67	37.441,13

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	267.133,16	267.133,16
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	959.934,33	678.343,76
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.227.067,49	945.476,92
TOTAL	1.298.108,16	982.918,05	TOTAL	1.298.108,16	982.918,05
ATIVO FINANCEIRO	1.027.204,07	15.050,73	PASSIVO FINANCEIRO	342.137,08	37.441,13
ATIVO PERMANENTE	270.904,09	967.867,32	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				955.971,08	945.476,92

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	685.066,99	- 22.390,40

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD

Presidente
CRO: RO-000706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD

Tesoureiro
CRO: RO-002082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA

Contador
CRC: RO-002980/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.911.847,87	1.228.257,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	874.939,29	806.931,02
ANUIDADES	874.939,29	806.931,02
RECEITA DE SERVIÇOS	132.529,54	142.069,20
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	69.309,49	57.767,21
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	11.656,24	9.168,44
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	5.941,89	3.849,35
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	45.621,92	71.284,20
FINANCEIRAS	22.909,10	16.345,59
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.005,51	12.473,04
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	10.903,59	3.872,55
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.903,59	3.872,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	650.000,00	80.089,46
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	650.000,00	80.089,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.244,85	3.109,01
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.244,85	3.109,01
MULTAS E JUROS DE MORA	1.244,85	3.109,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	230.225,09	179.713,52
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	211.559,05	163.680,87
DÍVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	211.559,05	163.680,87
RECEITAS DIVERSAS	18.666,04	16.032,65
OUTROS INGRESSOS	917.592,14	1.104.887,33
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.565.526,19	1.256.840,15
DESPESA CORRENTE	1.420.696,94	1.247.577,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	253.650,92	241.031,71
ENCARGOS PATRONAIS	84.316,52	78.867,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	711.181,96	599.150,86

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.735.747,25	1.382.069,43	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.454.156,68	1.324.773,61
CONTRIBUIÇÕES	874.939,29	944.933,48	PESSOAL E ENCARGOS	419.030,00	385.640,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	874.939,29	944.933,48	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	253.650,92	241.031,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	874.939,29	944.933,48	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	253.650,92	241.031,71
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	132.529,54	142.069,20	ENCARGOS PATRONAIS	84.316,52	78.867,75
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	132.529,54	142.069,20	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	84.316,52	78.867,75
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	132.529,54	142.069,20	BENEFÍCIOS A PESSOAL	81.062,56	63.765,74
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	22.909,10	16.345,59	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	81.062,56	63.765,74
JUROS E ENCARGOS DE MORA	12.005,51	12.473,04	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.975,65
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	12.005,51	12.473,04	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	1.975,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	10.903,59	3.872,55	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	632.559,95	610.605,65
MULTAS SOBRE ANUIDADES	10.903,59	3.872,55	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	37.169,39	32.203,62
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	650.000,00	80.089,46	CONSUMO DE MATERIAL	37.169,39	32.203,62
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	650.000,00	80.089,46	SERVIÇOS	592.950,01	501.205,85
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	650.000,00	80.089,46	DIÁRIAS CIVIL	296.750,00	227.060,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	15.721,90	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	29.730,63	17.254,82
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	15.721,90	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	266.469,38	256.891,03
REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	0,00	15.721,90	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.440,55	77.196,18
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	55.369,32	182.909,80	DEPRECIÇÃO	2.440,55	77.196,18
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	1.244,85	3.109,01	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	13.024,49	7.777,25
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.244,85	3.109,01	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	13.024,49	7.777,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	35.458,43	163.768,14	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.024,49	7.777,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	35.458,43	163.768,14	TRIBUTARIAS	389.542,24	320.749,86
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	18.666,04	16.032,65	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.905,40	2.327,69

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	18.666,04	16.032,65	IMPOSTOS	1.905,40	2.327,69
			CONTRIBUICOES	387.636,84	318.422,17

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			CONTRIBUICOES	387.636,84	318.422,17
Total das Variações Ativas :	1.735.747,25	1.382.069,43	Total das Variações Passivas :	1.454.156,68	1.324.773,61
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	281.590,57	57.295,82
Total	1.735.747,25	1.382.069,43	Total	1.735.747,25	1.382.069,43

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2017

HAILTON CAVALCANTE DOS SANTOS, CD
 Presidente
 CRO: RO-000706

PEDRO IVO SANTOS SILVA, CD
 Tesoureiro
 CRO: RO-002082

CHARLES FRAZÃO DE ALMEIDA
 Contador
 CRC: RO-002980/O-3

Nota Explicativa Às Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Odontologia, regulamentado pela Lei 4.324, de 14 de Abril de 1964, tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do Odontólogos.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno, Decreto 68.704, de 03 de Junho de 1971.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As diretrizes contábeis do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, a partir de 14 de Janeiro de 1986 foram elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e NBC TSP – do Setor Público, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis foram organizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

3.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, representando, portanto, uma posição estática.

3.2 – ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o termino exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

a) Disponível

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para as quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/2017 no valor de **R\$ 361.512,09** (trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e doze reais e nove centavos), se apresentam da seguinte forma:

a.1) Bancos c/ Movimento

➤ Conforme conciliação bancária o saldo em 31/12/2017 é no valor de **R\$ 98.059,90** (noventa e oito mil, cinquenta e nove reais e noventa centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão e dos extratos bancários.

a.2) Bancos c/ Arrecadação

➤ O saldo disponível em 31/12/2017 é no valor de **R\$ 1.379,79** (um mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão e dos extratos bancários.

a.3) Bancos c/ Aplicações Financeiras

➤ O saldo disponível em 31/12/2017 é no valor de **R\$ 262.072,40** (duzentos e sessenta e dois mil, setenta e dois reais e quarenta centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão e dos extratos bancários.

b) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

b.1) Adiantamento a Pessoal e a Terceiros

➤ Registra o valor de **R\$ 2.440,67** (dois mil, quatrocentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos), refere-se a adiantamento de férias das funcionárias: Angelita dos Santos Soares e Jovelina Gabriela Lopes e Silva, que foram compensados na folha do mês 01 e 02/2018.

3.3 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis posteriores ao exercício seguinte estão demonstrados como não circulante.

a) Realizável a Longo Prazo

➤ Registra o valor de **R\$ 663.251,31** (seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), referente Dívida Ativa, para qual o CRO/RO manter os registros dos procedimentos de cobrança administrativas e judiciais.

b) Imobilizado

➤ Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. A composição do Imobilizado do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia em 31/12/2017 é de **R\$ 350.540,82** (trezentos e cinquenta mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos), composto da seguinte forma:

Bens Móveis

i. Veículos	R\$	230.113,40
ii. Máquinas Motores e Aparelhos.....	R\$	7.845,24
iii. Mobiliário em Geral	R\$	94.980,08
iv. Obra e Instalações.....	R\$	4.800,00
v. Computadores e Periféricos	R\$	12.802,10
vi. (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis.....	R\$	(79.636,73)
Total do Imobilizado.....	R\$	270.904,09

Bens Imóveis

i. Edifício.....	R\$	0,00
Total do Imobilizado.....	R\$	270.904,09

Todos os bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado.

A depreciação dos bens móveis, de acordo com sistema de gestão patrimônio (SISPAT), tomando as devidas orientações conforme Manual de Contabilidade Aplicada as Setor Publico e NBC T 16.9 (NBC TSP – do Setor Público).

A entidade realizou a depreciação dos bens o método das cotas constantes, utilizando informações conforme tabela abaixo:

Bens Móveis	Vida Útil	Taxa
i. Veículos	5 anos	20%
ii. Máquinas Motores e Aparelhos.....	10 anos	10%
iii. Mobiliário em Geral.....	10 anos	10%
iv. Computadores e Periféricos	5 anos	20%

A conta edifício com saldo R\$ 0,00, sendo que a escritura do imóvel encontra-se registrada em nome do CFO. Em virtude deste fato, desconsiderou-se o direito de propriedade do CRO/RO. Com efeito, recomenda-se a celebração de contrato de comodato entre o CFO e CRO/RO objetivando o cuidado jurídico na relação entre as duas entidades.

4. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo em curto prazo está demonstrado no balanço patrimonial como circulante, destacando-se as seguintes obrigações:

a) Pessoal a Pagar

➤ O valor de **R\$ 30.102,76** (trinta mil, cento e dois reais e setenta e seis centavos). Refere-se à provisão de férias a pagar e salário Glederson Vilque Nascimento Almeida.

b) Encargos trabalhistas

➤ O valor escriturado na conta de Encargos Trabalhista em 31/12/2017 é de **R\$ 7.979,11** (Treze mil noventa e vinte sete reais e quarenta e oito centavos).

i. INSS a Recolher.....	R\$	7.171,14
ii. IRRF a Recolher.....	R\$	607,97
iii. Acordo Judicial.....	R\$	200,00
Total dos Encargos.....	R\$	7.979,11

Observação:

b.1) O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

c) Impostos Retidos a Recolher

O valor de **R\$ 1.939,61** (um mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) refere-se a retenção que será pago no mês subsequente. Cujas composição é a seguinte:

i. Impostos Federais IR, CSLL, COFINS e PIS.....	R\$	1.416,66
ii. ISSQN Retido na Fonte.....	R\$	522,95
Total dos Tributos.....	R\$	1.939,61

5. PASSIVO NÃO CIRCULANTE**6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2017, o Conselho Regional de Odontologia de Rondônia apresentou um Superávit Acumulado no valor de **R\$ 1.227.067,49** (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

7. RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho Regional de Odontologia de Rondônia – CRO/RO, apresentou no exercício de 2017 um Superávit de **R\$ 281.590,57** (duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos). A composição, do mesmo foi a seguinte:

a) Variação Patrimonial Aumentativa.....	R\$	1.735.747,25
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva.....	R\$	(1.454.156,68)
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/2016...	R\$	281.590,57

O Resultado apurado no exercício foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

8. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2017 apresentou saldo negativo de R\$ **44.206,08** (quarenta e quatro mil, duzentos e seis reais e oito centavos), sendo devidamente suplementado conforme normas atitudes, assim demonstrado:

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/2017.....	R\$	1.911.847,87
b) (-) Crédito Empenhado Pago até 31/12/2017.....	R\$	(1.867.641,79)
c) (-) Crédito Empenhado a Liquidada em 31/12/2017.....	R\$	0,00
d) (=) Superávit Orçamentária apurado em 31/12/2017....	R\$	44.206,08

9. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/2017 foi um Déficit no valor de **R\$ 22.390,40** (Vinte dois mil trezentos e noventa reais quarenta centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2017, conforme demonstramos:

a) Saldo Disponível apurado em 31/12/2017.....	R\$	1.027.204,07
b) (-) Passivo Financeira em 31/12/2017.....	R\$	(342.137,08)
c) (=) Déficit Financeiro em 31/12/2017.....	R\$	685.066,99

10. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extra-orçamentários, dos desembolsos da despesa corrente e dos desembolsos extra-orçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2017 está assim demonstrada:

INGRESSOS	R\$	2.829.440,01
Receita Corrente.....	R\$	1.911.847,87
Ingressos Extra-Orçamentários.....	R\$	917.592,14
Receita Capital.....	R\$	0,00
 DESEMBOLSOS	 R\$	 2.362.513,63
Despesa Corrente.....	R\$	1.420.696,94
Desembolsos Extra-Orçamentários.....	R\$	910.797,50
Desembolsos Despesas de Capital (investimentos).....	R\$	31.019,19
 Apuração do Fluxo de Caixa no Período.....	 R\$	 466.926,38

O Resultado do Fluxo de Caixa Equivalentes no exercício de 2017 é negativo, no valor de **R\$ 466.926,38** (quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e dois reais e trinta centavos).

Porto Velho-RO, 31 de dezembro de 2016

Hailton Cavalcante dos Santos
Presidente, CD
CRO: RO-706

Pedro Ivo Santos Silva
Tesoureiro, CD
CRO: RO-2082

Charles Frazão de Almeida
Contador
CRC: RO-002061-O/9